

**A inter-relação entre trabalho, educação e formação humana: implicações na docência em Educação Profissional**

**The inter-relationship between work, education and human training: implications in teaching in professional education**

**La interrelación entre trabajo, educación y formación humana: implicaciones en la docencia en Educación Profesional**

**Alyne Campelo da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2054-4980>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [alyne.campelo@ifrn.edu.br](mailto:alyne.campelo@ifrn.edu.br)

**Ana Lúcia Sarmiento Henrique**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1536-7986>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [ana.henrique@ifrn.edu.br](mailto:ana.henrique@ifrn.edu.br)

**Olívia Moraes de Oliveira Neta**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [olivianeta@gmail.com](mailto:olivianeta@gmail.com)

Recebido: 24/08/2018 | Revisado: 21/09/2018 | Aceito: 01/10/2018

**Resumo**

As transformações que se processam no mundo do trabalho e os impactos na esfera da educação evidenciam a necessidade de aprofundar o debate em torno dessa relação histórica. A leitura crítica desse cenário permite que se compreenda os novos papéis que a educação assume enquanto traçado estratégico cooptado pelo capital. Desse modo, o presente artigo pretende discutir a relação entre trabalho, educação e formação humana, situando a discussão em torno das implicações que essa inter-relação provoca no conjunto da sociedade, com reflexos no trabalho docente, em especial na Educação Profissional. Para o estudo realizamos pesquisa bibliográfica e consultamos autores como Marx (2014), Braverman (1977), Antunes (2014), Kuenzer (2013), Ramos (2008, 2014), Moura (2014), entre outros. Partimos da premissa de que o cenário conjuntural tem provocado mudanças significativas para a categoria trabalho e para o conjunto da classe trabalhadora. Apontamos que a educação, é

vista como um instrumento para resolver o problema do emprego e promover o desenvolvimento, ocultando os reais interesses do bloco hegemônico. Aprofundamos o debate em torno da concepção de formação humana enquanto possibilidade de promover autonomia e emancipação no sujeito. Por fim, ressaltamos a natureza do trabalho do professor e a possibilidade em assumir uma perspectiva de trabalho contra hegemônica no espaço da educação profissional.

**Palavras-chave:** Trabalho e Educação; Transformações sociais; Formação Humana; Trabalho Docente na Educação Profissional.

### **Abstract**

The transformations which are processed in the labor market and the impact on the field of education emphasize the need to deepen the debate on this historical relationship. The critical reading of this scenario allows one to understand the new roles that education assumes as a strategic path coopted by capital. Thereby, the present article intends to discuss the relationship between work, education and human formation, situating the discussion around the implications that these interrelations causes in the whole society, with repercussions on the teaching work, especially in Professional Education. For the study we conducted literature and consulted authors such as Marx (2014), Braverman (1977), Antunes (2014), Kuenzer (2013), Ramos (2008, 2014), Moura (2014), among others. We start from the premise that the conjunctural scenario has caused significant changes for the labor category and for the working class. We pointed out that education is seen as a tool to solve the problem of employment and promote development by hiding the real interests of the hegemonic bloc. Deepening the debate around the conception of human formation as a possibility to promote autonomy and emancipation in the subject. Finally, we highlight the nature of the work of the teacher and the possibility of assuming a working perspective counterhegemonic in the space of professional education.

**Keywords:** Labor and Education; Social transformations; Human formation; Teaching Work in Professional Education.

### **Resumen**

Las transformaciones que se procesan en el mundo del trabajo y los impactos en la esfera de la educación evidencian la necesidad de profundizar el debate en torno a esa relación histórica. La lectura crítica de ese escenario permite que se comprenda los nuevos roles que la educación asume como trazado estratégico cooptado por el capital. De este modo, el presente

artículo pretende discutir la relación entre trabajo, educación y formación humana, situando la discusión en torno a las implicaciones que esa interrelación provoca en el conjunto de la sociedad, con reflejos en el trabajo docente, en especial en la Educación Profesional. Para el estudio realizamos investigación bibliográfica y consulta a autores como Marx (2014), Braverman (1977), Antunes (2014), Kuenzer (2013), Ramos (2008, 2014), Moura (2014), entre otros. Partimos de la premisa de que el escenario coyuntural ha provocado cambios significativos para la categoría trabajo y para el conjunto de la clase trabajadora. Señalamos que la educación, es vista como un instrumento para resolver el problema del empleo y promover el desarrollo, ocultando los reales intereses del bloque hegemónico. Profundizamos el debate en torno a la concepción de formación humana como posibilidad de promover autonomía y emancipación en el sujeto. Por último, resaltamos la naturaleza del trabajo del profesor y la posibilidad de asumir una perspectiva de trabajo contra hegemónica en el espacio de la educación profesional.

**Palabras clave:** Trabajo y Educación; Transformaciones sociales; Formación humana; Trabajo Docente en la Educación Profesional.

## 1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo discutir a relação entre trabalho, educação e formação humana na sociedade do capital situando a discussão em torno das implicações que essa inter-relação provoca no conjunto da sociedade com reflexos no trabalho docente, em especial no campo da Educação Profissional.

Fruto dos estudos iniciais da pesquisa de mestrado que tem como objetivo analisar as implicações/impactos das experiências de trabalho extra docência nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores não licenciados que atuam no IFRN considerando a perspectiva da formação humana, este artigo versa sobre as bases conceituais a partir de levantamento e estudo de caráter iminentemente bibliográfico, com vistas a construir um percurso investigativo no campo teórico como subsídio para trazer os elementos empíricos à pesquisa.

No curso desta investigação, buscamos aportes discursivos na literatura sobre trabalho, educação, formação humana, trabalho docente e educação profissional, em autores como Marx (1987, 2014), Braverman (1977), Antunes (2009, 2014), Kuenzer (2011, 2013), Ramos (2008, 2014), Moura (2010, 2014), entre outros.

O presente artigo se estrutura em quatro tópicos: este que corresponde à parte

introdutória, o segundo, em que abordamos a inter-relação das categorias trabalho, educação e formação humana; no terceiro, a ênfase na discussão se dá em torno da constituição e especificidades do trabalho docente no cenário da educação profissional, e, no quarto, apresentaremos uma breve conclusão.

## **2. Trabalho, educação e formação humana: aportes discursivos dessa inter-relação**

As transformações que a categoria trabalho vem sofrendo ao longo da história da humanidade, diante das diversas mutações vivenciadas pela sociedade nos seus distintos modos de organização e acumulação, provoca reflexos sociais, políticos, ideológicos, econômicos e culturais, haja vista sua condição de categoria determinante da reprodução do ser social.

Tomando esta observação como ponto de partida, e buscando uma compreensão mais aprofundada dessas transformações, situamos o nosso estudo na análise da categoria trabalho na sociedade do capital, partindo da definição apontada por Marx do trabalho enquanto “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2014, p. 211). O trabalho enquanto atividade exclusiva do homem permite, então, que este atue no intercâmbio natural de transformação, ao mesmo tempo em que também sofre transformações (MARX, 2014), pois esse intercâmbio natural visa impor modificações na natureza com vistas a atender as necessidades humanas. Nos dizeres de Braverman (1977) “o trabalho é uma atividade que altera o estado material desses materiais para melhorar sua utilidade” (BRAVERMAN, 1977, p.49).

O trabalho possui, então, uma dimensão ontológica (criação e produção de bens que auxiliam o homem na sua existência) e uma dimensão histórica (diferentes formas de trabalho assumidas ao longo dos distintos modos de produção), sendo que o modo de produção se determina pelas formas de trabalho e o que se produz não se dissocia da forma como é produzido (MARX, 2014).

As transformações sofridas pelo trabalho ao longo da história afetam diretamente a sua lógica de organização, principalmente no modo de produção capitalista e nos seus distintos regimes de acumulação. Sob esse modo de produção, os trabalhadores são organizados num mesmo ambiente e o processo de trabalho passa a ser coletivo, implicando constantes mudanças na forma de organização.

Para Braverman (1977), no modo de produção capitalista, “o processo de trabalho, o

qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para expansão do capital, para criação de lucro” (BRAVERMAN, 1977, p.55). O trabalho, em vez de progredir como fonte natural da liberdade dos sujeitos, se transforma em síntese de exploração e degradação humanas (DIAS, 2016).

A evolução do sistema do capital vai provocar a divisão do trabalho, a destituição do trabalhador dos meios de produção, a criação do princípio da gerência científica (que destitui o trabalhador do conhecimento necessário à execução do processo de trabalho). Desse modo, o trabalho se converte em mercadoria a ser apropriada pelo capital, e o trabalhador é submetido a um processo de alienação do seu trabalho, passando a haver claramente a separação entre aqueles que pensavam os elementos do trabalho e aqueles que executavam a atividade propriamente dita (BRAVERMAN, 1977), marcado pela separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, característica funcional ao metabolismo de reprodução do sistema e de elevação das taxas de lucro. Esse processo, no entanto,

é repugnante para as vítimas seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modo inumano, suas faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam” (BRAVERMAN, 1977, p.124).

Deste modo, é fato que o sistema capitalista de produção ao longo dos seus ciclos de expansão e aprimoramento provoca diversas mudanças na estrutura econômica, social, ideológica e política e principalmente nas formas como estrutura e organiza o trabalho, sempre com o intuito de atender às necessidades de reprodução e manutenção do sistema. As crises cíclicas de expansão e estagnação como parte da sua lógica de aperfeiçoamento são responsáveis pelas transformações na economia política e na forma como se organizam as forças sociais.

O regime fordista se configurou como uma fase de expansão econômica, caracterizada pela rigidez na organização do trabalho, pela implementação das políticas do Estado de bem-estar social, causando alteração nos padrões de organização da vida social, pois implementou mudanças não somente no processo produtivo, mas também no modo de vida e de consumo das pessoas. Na visão de Antunes (2002, p.25), o fordismo se caracteriza “como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século”.

A era taylorista-fordista foi marcada por um estranhamento do trabalho, pois o

trabalhador não se reconhecia no ato produtivo, e a alienação “penetrava até a alma do trabalhador” (ANTUNES, 2009a, p. 29) por meio de processos rígidos e práticas para controlar o exercício do trabalho.

O fordismo entra em crise na década de 1970, colocando em evidência a sua incapacidade de sustentar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Assim, era necessário um período de reestruturação econômica e reajustamento social e político que seria conseguido através das mudanças tecnológicas, das novas formas de organizar o trabalho, da dispersão do capital por zonas onde fosse mais fácil o controle da força de trabalho, além de medidas que pudessem aumentar os lucros e as taxas de giro do capital (HARVEY, 1993).

A tentativa de recuperar o ciclo reprodutivo do capital reside, então, na passagem da rigidez do fordismo ao sistema de acumulação flexível a partir das determinações para uma empresa enxuta. Nessa fase, a alienação do trabalho passa a ser “mais interiorizada” (ANTUNES, 2009a, p. 30) e por meios não coercitivos, pois a exigência é de um trabalhador mais qualificado e criativo, embora mais adestrado, num processo que caracteriza a intensificação da exploração da força de trabalho. O Estado do bem-estar social, o acordo entre capital e trabalho e o taylorismo-fordismo são substituídos por uma nova sociabilidade: a acumulação flexível, a globalização, o neoliberalismo e o pensamento pós-moderno. Trata-se, como pontua Antunes (2009b, p. 50), de “uma nova fase de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho” que possibilitou a exigência de “um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de maior realização no espaço do trabalho”.

Esse cenário traz, em seu bojo, as modificações sofridas no papel do Estado que passa a intervir na economia com o intuito de controlar as crises atendendo aos interesses da classe dominante com políticas de privatização e corte de gastos públicos (HARVEY, 2008). Essas transformações encontram-se assentadas na ideologia do neoliberalismo enquanto “reorganização do capital, de seu sistema ideológico e político de dominação” (ANTUNES, 2009b, p. 33).

O traçado dessas mudanças atrelada à tal corrente ideológica, a intensificação das inovações tecnológicas no processo produtivo, as novas formas de acumulação de capitais por meio das transações financeiras de capital fictício, tendem a advogar pela tese de que estamos vivenciando o momento de crise e fim do trabalho na sociedade contemporânea. No entanto, na visão de Antunes (2014), estamos diante apenas de uma nova morfologia do trabalho, ou seja, novas configurações assumidas pela categoria trabalho no contexto de acirramento das

forças do capital, que, além disso, promove o retrocesso do poder sindical, a desregulamentação dos direitos e forte apelo ao individualismo e ao empreendedorismo.

Direcionando esse conjunto de reflexões para o campo da educação, percebemos que ela, nesse cenário, também vai se transformando e assume novos papéis diante das mudanças no mundo do trabalho atuando historicamente enquanto elemento balizador das relações sociais no capitalismo. Na era taylorista-fordista, a educação respondeu pela “pragmática da especialização fragmentada”, pois não era necessário ter conhecimento de todo o processo de trabalho mas tão só da parcela que o trabalhador executava. Já no advento da acumulação flexível, se busca uma educação ‘ágil, flexível e enxuta’ (ANTUNES, 2009a, p. 31) que supostamente atenda às necessidades de um mundo em constante transformação e de um mercado de trabalho altamente competitivo, especializado, que demanda novas habilidades. Nesse contexto, o foco da exploração muda da força física para o componente intelectual, exigindo qualificação do trabalhador, o que vai implicar o redirecionamento do papel do Estado, da educação e da escola (SALES, 2016). Vivenciamos, portanto, um cenário no qual a educação tende a ser cooptada ao ajustamento às necessidades e interesses do bloco hegemônico do poder.

Seria, então, a compreensão das condições de avanço das forças do capitalismo, atrelada às inovações tecnológicas de base microeletrônica, informacional e globalizada, geradoras de mudanças no padrão de acumulação e de novas demandas e exigências na esfera produtiva, essenciais no entendimento dessa relação entre educação e trabalho.

Percebemos que, como a reestruturação do capitalismo ocasionou transformações para o mundo social e produtivo, a educação acabou sendo cooptada pelo capital através do discurso de que esta poderia ser importante instrumento capaz de resolver o problema do emprego e de promover o desenvolvimento e o crescimento econômico. No entanto, isso oculta a verdadeira face da sociedade do capital e sua lógica destrutiva, alienadora, calcada em pilares da exploração da classe trabalhadora, numa clara tendência a utilizar as políticas de educação para atender aos interesses do grupo hegemônico, enquanto tende a culpabilizar os sujeitos por não conseguirem se adaptar às mudanças engendradas no mercado de trabalho em escala planetária.

Partindo desta concepção reducionista que a educação tende a assumir no capitalismo e na formação das classes e grupos sociais é que se busca defender uma proposta de educação que dê conta de todas as dimensões da vida e considere o trabalho não apenas em seu sentido histórico sob a égide do capital – emprego – mas como produção da vida humana.

Defendemos, então, uma proposta de Educação Profissional (EP) partindo da

concepção da formação humana que implica, na ótica de Frigotto (1989, p. 08), “superar a visão utilitarista, reducionista do trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu devir”. Nessa perspectiva de educação, Lima Filho (2013, p. 202) reforça que “a relação trabalho e educação é compreendida não como subordinada aos interesses mercantis da troca e acumulação de mercadorias, mas como fonte de produção material e intelectual da vida”.

Portanto, nessa perspectiva de educação, o trabalho é entendido enquanto princípio educativo apoiando-se na proposta de formação humana integral e politécnica que “rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana” (FRIGOTTO, 2012, p. 74). No entanto, para Kuenzer (2009) esta é uma proposta que só será plenamente realizável numa outra ordem social que seja justa e igualitária.

Nesse sentido, se torna difícil refletir sobre educação dissociada dos apelos conjunturais e das transformações que se processam no mundo trabalho, principalmente se estamos falando das políticas que se voltam a classe menos favorecida da população. Como nos aponta Lessa, a “educação tem a capacidade de preparar os mais pobres para uma vida subordinada e desprotegida, mas denominada ideologicamente empreendedora” (LESSA, 2013, p. 108).

Essas observações são basilares para aprofundarmos a discussão de como se imbricam as categorias trabalho e educação, remetendo-nos aos caminhos necessários à compreensão de como se constrói e se fundamenta a proposta de EP e, com ela, a concepção de formação humana.

Como sinaliza Frigotto (2011), o tempo presente é caracterizado por um tempo de profundas contradições e o avanço científico e tecnológico que deveria estar a serviço de toda humanidade, acaba sendo apropriado ficando a serviço de interesses privados.

A realidade de adensamento das forças do capital sob a justificativa de inserir as nações numa economia globalizada causa, portanto, impactos na educação, pois exige sua adaptação aos ajustes estruturais.

No campo da EP, essa tendência é acirrada, pois é claro o lugar histórico que ela assume na educação das classes subalternas, tendo sua origem marcada por traços de ações assistencialistas, dentro de uma perspectiva de educação dual. Moura (2010) e Lima Filho (2013), tratando da EP, sinalizam a presença marcante dessa distinção entre educação mais instrumentalista para aos filhos das classes subalternas e, o ensino propedêutico como possibilidade de continuidade da formação voltado à classe dominante.



Diante desse quadro é necessário pensar em estratégias que possam garantir a perspectiva de integração da educação básica à EP, enquanto estratégia para se garantir a proposta de formação humana. No entanto, a articulação dessas duas modalidades de ensino seguirá, um percurso histórico adverso, pois nela se encontram interesses contraditórios, antagônicos e forças sociais conservadoras que buscam determinar a forma como são executadas, tornando-se difícil a superação da dualidade estrutural.

Isso porque nos remetemos a pensar uma proposta de educação que permita que se avance o tecido social na construção de uma nova sociedade. Para Souza Junior (2013), é na união entre trabalho e educação que reside o conceito de formação humana como a possibilidade de desenvolvimento das diversas potencialidades humanas unindo elementos da formação intelectual e prática, num movimento de recusa a fragmentação.

Portanto, construir a prática educativa nessa direção exige que o trabalho seja concebido enquanto princípio educativo em sua dimensão ontológica, como possibilidade de produção material e intelectual (LIMA FILHO, 2013), entendido como “elemento de libertação” (ARAGONEZ, 2013). A educação, então, deveria ser tomada não pelo sentido do treinamento para a esfera produtiva, mas como ação constituinte da humanização do sujeito, possibilitando o acesso e a produção de novos conhecimentos, e formando o cidadão capaz de fazer a leitura crítica da realidade. Formação humana entendida “como um processo histórico e contraditório por meio do qual os indivíduos tomam consciência de si e das relações sociais das quais são sujeitos” (RAMOS, 2006, p. 25).

Uma perspectiva de educação que transforma a vida do sujeito tornando concreta a possibilidade emancipatória, e que recusa a prática educativa enquanto adestramento para o mercado se traduz em maior autonomia e acesso aos conhecimentos científicos e técnicos que proporcionam uma formação completa, determinante do processo de transformação social.

Ramos (2006) define essa proposta como um “processo de conhecimento e de realização individual, que se expressa socialmente e que ultrapassa a dimensão do agir unicamente determinado pela necessidade de subsistência” (RAMOS, 2006, p.26), ou seja, uma formação que ultrapasse a necessidade de preparação de mão de obra para o mercado, que colabore para a construção de sujeitos sociais conscientes do seu papel enquanto cidadãos.

A autora ainda pontua que a formação humana “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p. 84). Seria uma educação capaz de proporcionar ao sujeito o acesso ao conhecimento e a possibilidade de fazer escolhas conscientes. Uma

concepção de formação humana com base na integração de todas as dimensões da vida: trabalho, ciência e cultura; indissociabilidade entre a educação profissional e a educação básica e a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade (RAMOS, 2008).

Tomamos aqui a discussão em torno da Educação Profissional integrada a Educação Básica enquanto possibilidade de transformar as bases da educação atual, buscando construir os pilares de uma educação crítica, emancipadora e desvinculada de processos imediatistas.

O legado histórico da educação nega a possibilidade de garantir a universalização a partir de uma educação crítica e emancipadora, além de gratuita, laica e de qualidade. Reduz-se o tempo de formação ao tempo necessário de preparação para exercer uma atividade direcionada ao trabalho. Para Ciavatta (2016),

A cultura do trabalho se contrapõe a uma educação plena, pois é a da formação profissional reduzida aos treinamentos, à pedagogia das competências, à ideologia da empregabilidade e do empreendedorismo, à educação corporativa de interesse das empresas, aos rudimentos técnicos ou às especializações tecnológicas, escoimadas da compreensão das relações de trabalho e dos direitos laborais (CIAVATTA, 2016, 151).

Transformar essa realidade a partir da clássica dualidade estrutural é um desafio sinuoso, pois, de acordo com Kuenzer (2009), a dualidade que estrutura a educação tem suas bases e raízes na forma de organização da sociedade, e não se pode considerar o espaço da escola como lócus suficientemente capaz de resolvê-la.

Para tanto, os educadores são importantes agentes no direcionamento dessa proposta enquanto sujeitos responsáveis pela mediação e direcionamento do processo de ensino a partir de uma perspectiva crítica e integradora.

Assim, seguiremos o estudo pensando a natureza do trabalho docente e as possibilidades que esse profissional tem na construção de uma proposta educativa que caminhe nessa direção, entendendo que o trabalho docente nessa perspectiva tende a sofrer impactos e requer uma constante ação reflexiva.

### **3. Constituição e especificidades do trabalho docente na Educação Profissional**

A medida que as transformações sociais vão ocorrendo ao longo da história, no cenário de passagem pelos distintos regimes de acumulação, a natureza do trabalho tende a modificar-se e algumas formas de trabalho acabam por se sobrepor a outras diante da necessidade do próprio sistema.

Assim, conforme já discutimos, no contexto das transformações influenciadas pelo declínio do regime de acumulação fordista-taylorista pela reestruturação produtiva, as mudanças vão ocorrer à medida que a conjuntura substitui, no processo de produção, a disciplina, a hierarquização, o trabalho parcelado e a vigilância rígida, por um trabalhador flexível, criativo, capaz de pensar e planejar, pois agora o capital apodera-se da capacidade física e intelectual desse trabalhador. É nesse processo que se valoriza o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual (HIPOLYTO; GRISHCKE, 2013).

Hipolyto e Grishcke (2013) apresentam a discussão em torno de como o trabalho imaterial é assumido nesse contexto, apresentando-se, em certa medida, como um problema para o capital, pois é um trabalho que não se separa do seu produtor, não se realiza senão em sua prática viva e é um trabalho de difícil expropriação e manipulação. No entanto, mesmo com estas características, o capital tende a criar estratégias de subsunção desse trabalho às suas determinações.

Devemos compreender que os processos de trabalho que interessam ao capital são aqueles que possibilitem o seu constante círculo de produção, reprodução e ampliação. O movimento é de valorização desse capital através do processo de produção do trabalho excedente e da mais-valia, pois o sentido do trabalho no capitalismo não busca somente produzir valores de uso, mas valores de troca, um valor que possa ser apropriado pelo capital na forma de mercadoria, gerando sempre mais capital (MARX, 2014).

Assim, diante dessas sinalizações é que situamos nossa análise buscando elementos para discutir o trabalho do professor, a partir da sua natureza, das formas que assume e das especificidades no campo da educação profissional enquanto estratégia de formação de trabalhadores.

Questionamos: em que conceito de trabalho podemos situar o trabalho do professor? Para Marx (1987, s/d), o trabalho do professor entendido enquanto serviço assume conotações de trabalho produtivo ou improdutivo, pois “embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário” que porventura o contrate.

Assim, partimos do pressuposto de que o professor faz parte do processo ampliado de reprodução social e, portanto, está diretamente vinculado à lógica do sistema assumindo em diferentes momentos o papel de produtor de valores de uso e valores de troca. Como reforça Kuenzer (2011), é por meio das relações sociais e produtivas que o professor vai se constituindo e o seu trabalho “não escapa à dupla face do trabalho capitalista. Produzir valores de uso e valores de troca” (KUENZER, 2011, p. 677).

Kuenzer (2011), então, considera que o trabalho do professor deve ser tomado enquanto trabalho não material “já que não é possível separar o produtor de seu produto” (KUENZER, 2011, p. 678) representando, então, uma “personificação do trabalho imaterial” (HIPOLYTO; GRISHCKE 2013, p. 519).

Como explica Kuenzer (2011), a natureza do trabalho não material que não se descola do sujeito que o executa, exige que haja mediações externas que possam direcionar o trabalhador para sua própria exploração, pois ele tem o domínio dos elementos que compõem o seu trabalho, embora que essa “subsunção do trabalho ao capital apresenta limites, com o que se ampliam as possibilidades de resistência e de autonomia” (KUENZER, 2011, p. 679). Logo, para que o docente não seja cooptado, é necessário que ele seja um intelectual em sentido amplo.

É fato, portanto, que o trabalho do professor se apresenta com elementos de contradição, pois ao passo que pode contribuir para o capital através do processo de produção do valor, também pode contribuir para a transformação desta realidade com vistas à superação da ordem social imposta, através da formação de consciências críticas dos indivíduos (KUENZER, 2013).

É importante sinalizar também que o trabalho docente envolve a produção e socialização de saberes que necessariamente implicam na formação de determinadas condutas, não sendo possível ignorar o contexto socioeconômico, político e cultural onde a atividade ocorre, nem como ela é representada pelo professor (VIEIRA; FONSECA, 2010).

Um dos fatores que tencionam os limites enfrentados pelos docentes no exercício e no direcionamento do seu trabalho, principalmente na modalidade da EP, trata-se da indefinição de uma política consolidada de formação que o ajude a compreender a natureza do seu trabalho, as contradições inerentes ao exercício profissional, bem como a construção da identidade e apreensão do seu papel enquanto sujeito importante na construção de uma nova sociabilidade.

Distante de um aprofundamento crítico acerca de como se constitui essa modalidade de ensino, o professor poderá reproduzir o entendimento de uma formação de EP voltada para o saber fazer, para os conhecimentos da prática, distanciando-se da necessidade de integração dos conhecimentos e da formação política do educando.

Em outra direção, para que o professor consiga exercer sua prática voltada aos princípios da formação humana ampliando as possibilidades de democratizar o acesso ao conhecimento e à formação qualificada dos sujeitos, é necessário, antes de tudo, que sua formação esteja apoiada sob três dimensões, no caso do ensino na EP: conhecer o mundo do

trabalho a partir da perspectiva da totalidade; ter clareza acerca de qual concepção de educação profissional se busca e conhecimento das categorias da pedagogia do trabalho (KUENZER, 2008).

Como nos aponta Urbanetz (2011), esse contexto de transformações no cenário produtivo exige um novo perfil docente que dê conta de compreender como se processam as mudanças no mundo trabalho, e quais os impactos causados na formação do aluno, reconhecendo a necessidade de refletir sobre sua prática, mas uma reflexão que não deve estar descolada da teoria, como pilar para transformar o processo educativo.

Importante que este docente esteja atento aos elementos da realidade com vistas a proporcionar ao aluno para além das adaptações que o mercado exige, a capacidade de refletir sobre o processo de trabalho a partir da conscientização das determinações históricas, sociais e políticas.

O professor deve refletir sobre sua ação na articulação entre teoria e prática entendendo as dimensões políticas e pedagógicas da sua atividade, a fim de proporcionar ao aluno as dimensões necessárias para uma formação completa, com base nos princípios da formação humana.

Araujo (2008) lembra que, nessa formação, necessariamente, deve haver uma articulação dos saberes técnicos específicos, dos saberes didáticos e do saber do pesquisador com vistas a promover uma educação voltada à formação humana com base na pedagogia da práxis.

Como nos explica Moura (2014), ao professor cabe estar atento para entender que apoiar-se na compreensão do trabalho enquanto princípio educativo não se restringe à dimensão do aprender trabalhando, e sim com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação que o trabalho é parte inerente da constituição e reprodução do ser humano, mas não é justo que alguns trabalhem para sustentar o enriquecimento de outros.

Nesse viés, é necessário que o professor tenha condições de trazer para o seu trabalho um direcionamento crítico, a partir do trabalho coletivo e interdisciplinar, da apropriação teórico-prática e do compromisso ético-político assumindo a docência enquanto profissão, lutando por espaços de valorização e negando a precarização da formação e do trabalho docente e, conseqüentemente, tenha condições de promover junto a seus alunos uma educação emancipatória na perspectiva da formação humana.

#### **4. Considerações finais**

O presente estudo proporcionou contribuições relevantes para aprofundarmos o debate em torno da relação histórica entre trabalho e educação. Também trouxe para a cena discussões relativas aos aspectos que caracterizam a natureza do trabalho docente na EP, condensando um aparato teórico e situando o professor sobre o papel que ele exerce na mediação das contradições inerentes ao sistema e a escola.

Buscamos demonstrar que as transformações que se processam no mundo do trabalho trazem consequências tanto para o trabalhador quanto para as organizações, mediados pelos interesses entre capital e trabalho. Desse modo, compreender a fundo quais os elementos determinantes e condicionantes desse processo é fator primordial para que o professor consiga imprimir um direcionamento contra hegemônico ao seu exercício profissional, na busca pela apropriação dos espaços de contradição inerentes a esse sistema degradante, pois são eles que nos permitem ir construindo espaços de luta e resistência. Isso, no entanto, evidencia um árduo percurso histórico, ético-político e também pedagógico que precisa ser apropriado, discutido e construído pelo conjunto da sociedade.

Entendemos a necessidade de que esse debate da relação entre educação e trabalho adentre os espaços de formação tanto dos alunos quanto dos docentes, para que todos possam compreender como se processam tais mudanças e que forças se coadunam nessa construção.

O professor deve ser entendido, portanto, como agente da transformação nesse cenário controverso, embora se compreenda que este atua enquanto trabalhador assalariado e, portanto, responde aos limites impostos pelo ente que demanda sua força de trabalho e estando diretamente subordinado à necessidade de reprodução de sua própria força de trabalho. Isso acaba por conferir limites a sua atuação e gera a necessidade de uma prática que seja constantemente avaliada e construída de modo coletivo com os pares e com o conjunto da sociedade, no sentido de construir estratégias de resistência, reconhecendo que o capitalismo não é estanque ou imutável.

Isso alude, portanto, a mudanças culturais, sociais, políticas e, sobretudo, ideológicas nas qual a educação se fundamente no ser humano e não nas necessidades econômicas de uma cultura de desigualdade e exclusão. Devemos buscar acima de tudo proporcionar espaços formativos comprometidos com a formação humana integral do indivíduo com vistas a promover a autonomia e a transformação social. A identidade constitutiva do profissional docente é fundamental nesse cenário de transformação da barbárie.

Isto posto, ratificamos a necessidade de continuarmos os estudos em torno das especificidades que o trabalho docente assume no atual contexto das transformações sociais,

trazendo para o centro do debate as propostas que versem sobre formação docente para o campo específico da EP, haja vista a necessidade de buscarmos apreender como acontece esse processo formativo e, em que medida, os professores são preparados para atuar junto aos alunos da EP numa perspectiva que rompa o viés tecnicista, a favor de uma educação ampla que busca proporcionar autonomia intelectual e crítica do sujeito.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Da pragmática da especialização fragmentada à pragmática da liofilização flexibilizada: as formas da educação no modo de produção capitalista. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p.25-33, jun. 2009a. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9834/7120>>. Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009b.

\_\_\_\_\_. Dez teses e uma hipótese sobre o presente (e o futuro) do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 25 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 247-261.

ARAGONEZ, Iara Borges. Trabalho como princípio educativo na prática pedagógica real. In: AZEVEDO, José Clóvis; REIS, Jonas Tarcísio. (Org.). **Reestruturação do Ensino Médio:** Pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. p. 97-117.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de docentes para a educação profissional e tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Revista Trabalho e Educação**. v. 07, n. 02, maio/ago., 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CIAVATTA, Maria Aparecida. A cultura do trabalho e a educação plena negada. In: SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; ARRAIS NETO, Enéias de Araújo. (Org.). **As interfaces do mundo do trabalho:** educação, práxis social e formação dos trabalhadores. Curitiba: CRV, 2016. p. 139-155.

DIAS, Ana Patrícia. As metamorfoses da categoria trabalho. In: SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; ARRAIS NETO, Enéias de Araújo. (Org.). **As interfaces do mundo do trabalho:** educação, práxis social e formação dos trabalhadores. Curitiba: CRV, 2016. p. 55-74.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 16, 2011. p. 235-254.

\_\_\_\_\_. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57-82.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.1993.

HIPÓLYTO, Álvaro Moreira; GRISHCKE, Paulo Eduardo. Trabalho imaterial e trabalho docente. **Revista do centro de educação UFSM**. v. 38, n. 3. p. 507-522. set./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/198464448998>> Acesso em: 22 set. 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica**. Coleção educação superior em debate. v. 8. Brasília: 2008. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. 304p.

\_\_\_\_\_. A concepção de Ensino Médio e Profissional no Brasil: a história da construção de uma proposta dual. In: KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios**. Educação e sociedade. Campinas, v. 32, n. 116, set. 2011.

\_\_\_\_\_. Dilemas da formação de professores para o ensino médio no século XXI. In: AZEVEDO, José Clóvis; REIS, Jonas Tarcísio. (Org.). **Reestruturação do Ensino Médio: Pressupostos teóricos e desafios da prática**. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. p. 81-96.

LESSA, Sérgio. Da contestação à rendição. In: BERTOLDO, Edna. MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Suzana. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana: Frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács. 2012. p. 29-50.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Políticas públicas para a educação profissional e EJA nos anos 2000: sentidos contraditórios da expansão e da redefinição institucional. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado Letras, 2013. p.201-220.

MARX, Karl. Produtividade do Capital, Trabalho Produtivo e Improdutivo. In: \_\_\_\_\_. **Teorias da mais valia**. Livro 4. v. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>> Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 33 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Educação profissional e**



**tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional.** 1. ed. Vol III. Coleção formação pedagógica. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Concepção do ensino médio integrado.** 2008. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SALES, Francisco José Lima. Reconversão produtiva e educação: polêmicas sobre a formação/qualificação do trabalhador no capitalismo contemporâneo. In: SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; ARRAIS NETO, Enéias de Araújo. (Org.). **As interfaces do mundo do trabalho: educação, práxis social e formação dos trabalhadores.** Curitiba: CRV, 2016. p. 157-173.

SOUZA JUNIOR, J. Educação Profissional e Educação Geral: desafios da integração no ensino médio. In: AZEVEDO, José Clóvis; REIS, Jonas Tarcísio. (Org.). **Reestruturação do Ensino Médio: Pressupostos teóricos e desafios da prática.** São Paulo: Fundação Santillana, 2013. p. 97-117.

URBANETZ, Sandra Teresinha. **A constituição do docente para a educação profissional.** Curitiba, 2011. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2011.

VIEIRA, Jarbas Santos; FONSECA, Marcia Souza. Natureza do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellaria; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM